

ISAÍAS MONIZ DE BRITO

**NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NAS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.**

**ESTUDO SOBRE A INTEGRAÇÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES
EDUCATIVAS ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS
SECUNDÁRIAS DE SANTIAGO**

BACHARELATO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
PRAIA 2006**

ISAÍAS MONIZ DE BRITO

NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NAS AULAS
DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

ESTUDO SOBRE A INTEGRAÇÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES
EDUCATIVAS ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS
SECUNDÁRIAS DE SANTIAGO

Trabalho Científico Apresentado no Instituto Superior de Educação – Cabo Verde
Para obtenção do grau de Bacharelato em Educação Física,
Sob a orientação do Mestre Rodrigo Bejarano.

Aprovado pelo Conselho Científico do Instituto Superior de Educação – Cabo Verde com requisito favorável, à obtenção do grau de Bacharelato em Educação Física.

O Júri

Praia, ____ de _____ de 2006

Dedicatória

Dedico este Trabalho à minha mãe e aos meus familiares por terem ajudado e incentivado durante os meus estudos e pelas suas palavras encorajadoras que me serviram de incentivo para a consumação do meu curso.

Agradecimento

Agradeço de uma forma geral, todas as pessoas que deram os seus contributos para a elaboração deste trabalho;

Um agradecimento muito especial ao Mestre Rodrigo Bejarano, orientador do trabalho, pela forma irrepreensível como orientou o trabalho;

À Doutora Ana Domingos, por ter facultado na bibliografia.

Ao Filomeno Tavares, professor de Recreação e Turismo do curso de Educação Física (CEF), pela bibliografia facultada;

Ao Luís Lopes, supervisor do estágio Pedagógico do Curso de Educação Física (CEF), pela forma como apoiou durante a realização deste trabalho;

Ao orientador de estágio, Agostinho Sanca, pela forma como sempre incentivou durante a elaboração do trabalho;

À Maria Filomena, directora da Escola Secundária de São Domingos, por ter facultado o seu trabalho de fim de curso, o que tanto ajudou;

Aos colegas do estágio pedagógico do curso Educação Física, por terem ajudado na distribuição dos questionários pelas escolas do interior;

Aos professores e alunos que participaram da nossa amostra pelas suas participações e disponibilidade;

À amiga clarice, por ter ajudado na correcção do português

Ao amigo Bleriote, professor de Educação Física no Liceu Amílcar Cabral, pela ajuda na aplicação de inquérito na referida Escola;

Aos amigos Calú e Meno, pela ajuda oferecida na digitação do trabalho;

Ao meu primo Djoca, por ter ajudado na formatação do trabalho;

Ao amigo Tchibas de Tarrafal por ter ajudado na aplicação dos questionários.

Abreviaturas

NEE – Necessidades Educativas Especiais

E.F – Educação Física

LBSE – Lei de bases do Sistema Educativo

E.E.I – Educação Especial Integrada

ME – Ministério de Educação

PIEEI – Projecto de Implementação de Educação Especial Integrado

DM – Deficiência Mental

Índice

Introdução	1
PARTE I – Justificação e Objectivos do trabalho.....	3
1. Justificação da escolha do tema.....	3
2. Objectivos do trabalho.....	4
PARTE II – Fundamentação Teórica	5
Capítulo I – Fundamentação Teórica.....	5
1.1. Contextualização	5
1.2. Definição de Conceitos	7
Capítulo II – As Necessidades Educativas Especiais	9
2.1 Necessidades Educativas Especiais.....	9
2.1.1 Tipos de Necessidades Educativas Especiais	10
2.2 Educação Especial.....	11
2.2.1 Princípios da Educação Especial	11
2.3 História de Educação Especial	13
2.3.1 Antecedentes	13
2.3.2 A Era das Instituições	14
Capítulo III – A Integração Escolar	16
3.1 Integração Escolar	16
3.2 Inclusão	19
3.3 Objectivos da Integração e da Inclusão: autodeterminação, normalização e qualidade de vida.....	19
3.4 Condições para a Integração Escolar	20
3.5 Integração por Meio da Educação Física	22
Capítulo IV – Educação Especial Integrada em Cabo Verde	24
4.1 Contexto da Educação Especial Integrada em Cabo Verde	24
Parte III – Estudos Práticos	26
Capítulo V – Apresentação e análise dos Resultados	26
5.1 Introdução.....	26
5.2 Questionários.....	27

5.3 Amostra	28
5.4 Procedimentos metodológicos.....	28
5.5 Apresentação e Análise de dados	30
5.5.1- Professor	30
5.5.2 Alunos Portadores de Deficiência.....	39
5.5.3 Alunos ditos “Normais”	48
5.5.4 Análises e discussões do Resultado	53
5.5.4.1 Professores	53
5.5.6 Alunos Portadores de deficiências	53
5.5.7 Alunos Ditos Normais.....	54
Parte IV – Considerações gerais	56
Capítulo VI – Conclusões Finais	56
6.1 Conclusões Finais	56
6.2 Limitações	58
6.3 Recomendações	59
Referências Bibliográficas.....	60
Anexos	63

Índice de Quadro

Quadro5. 1 – Sexo dos professores.	30
Quadro 5.2 – Faixa etária dos professores.	30
Quadro 5.3 – Concelho onde reside os professores.	31
Quadro 5.4 – Estabelecimento de ensino onde lecciona os professores.	31
Quadro 5.5 – Tempo de serviço dos professores.	32
Quadro5.6 – Habilitações Literárias dos professores.....	32
Quadro 5.7 – Existência de alunos deficientes nas turmas.	33
Quadro 5.8 – Tipo de deficiência.	33
Quadro 5.9 – Forma como os alunos portadores de deficiência participam nas Aulas de Educação Física.....	34
Quadro 5.10 – Preparação dos professores de EF para trabalhar com alunos portadores de deficiência.....	34
Quadro5. 11 – Justificação dos professores que responderam não.....	35
Quadro 5.12 – Justificação dos professores que responderam sim.....	35
Quadro 5.13 – Dificuldade dos professores em trabalhar com alunos portadores de deficiências.....	35
Quadro 5.14 – Momentos em que os professores sentem dificuldade.....	36
Quadro 5.15 – Recepção de formação específica para trabalhar com alunos portadores de deficiências.	36
Quadro 5.16 – Tipo de Formação que os professores receberam.	37
Quadro 5.17 – A percepção dos professores sobre a preocupação dos pais/encarregados de educação com o trabalho dos seus filhos na Educação Física.	37
Quadro 5.18 – Dificuldade dos alunos portadores de deficiência em estabelecer relações de amizade com os colegas.	38
Quadro 5.19 – Circunstâncias em que os alunos portadores de deficiência sentem dificuldades em estabelecer relações de amizade com os colegas.	38

Quadro 5.20 – Faixa Etária dos alunos portadores de deficiência.	39
Quadro 5.21 – Sexo dos alunos portadores de deficiência.....	39
Quadro5.22 – Concelho onde reside os alunos portadores de deficiência.....	40
Quadro 5.23 – Estabelecimento de Ensino onde estudam os alunos portadores de deficiência.	40
Quadro 5.24 – Ano de Escolaridade dos alunos portadores de deficiência.	41
Quadro 5.25 – Tipo de Deficiência.	42
Quadro 5.26 – Como alunos portadores de deficiência se sentem na escola.....	42
Quadro 5.27 – Participação dos alunos portadores de deficiência nas aulas de Educação Física.....	42
Quadro 5.28 – Formas de Participação dos alunos portadores de deficiência nas aulas de Educação Física.....	43
Quadro 5.29 – Gosto na Educação Física.	43
Quadro 5.30 – Condições que a escola possui para acolher alunos portadores de deficiências especificamente para a prática de Educação Física.	44
Quadro 5.31 – Sentimento de bem-estar dos alunos portadores de deficiência nas aulas de Educação Física.....	44
Quadro 5.32 – Relação dos alunos portadores de deficiência com o professor/a de Educação Física.....	45
Quadro 5.33 – Relação dos alunos portadores de deficiência com os colegas.	45
Quadro 5.34 – Atenção que um aluno portador de deficiência deve ter por parte do Professor.....	46
Quadro 5.35 – Sentimento de bem-estar dos alunos portadores de deficiência no meio dos colegas.	46
Quadro 5.36 – Gosto dos alunos portadores de deficiência pela Prática de Modalidades Desportivas.	47
Quadro 5.38 – Faixa Etária dos alunos ditos normais.....	48
Quadro 5.39 – Sexo dos alunos ditos normais.	48
Quadro 5.40 – Concelho onde reside os alunos ditos normais.	49

Quadro 5.41 – Nome de Estabelecimento de Ensino onde estuda os alunos ditos normais.	49
Quadro 5.42 – Ano de Escolaridade dos alunos ditos normais.....	50
Quadro 5.44 – Aceitação de um aluno deficiente na Aula de Educação Física por parte dos alunos normais.	51
Quadro 5.45 – Inclusão de um Aluno Deficiente na Equipa durante a aula de Educação Física.....	52
Quadro 5.46 – Justificação dos alunos ditos normais que responderam não referente ao quadro acima.	52

Introdução

O presente trabalho subordina-se ao tema “Necessidades Educativas Especiais nas Aulas de Educação Física” – Estudo sobre a integração dos alunos com Necessidades Educativas Especiais nas aulas de Educação Física, nas Escolas Secundárias de Santiago.

Para este trabalho de fim de curso após uma reflexão sobre a necessidade da inclusão de alunos com Necessidade Educativas Especiais (NEE) nas aulas de Educação Física, infelizmente podemos supor que no nosso país falta ainda muito por fazer neste campo.

A nível mundial no campo da educação, a inclusão de alunos com NEE manifesta-se essencialmente através do desenvolvimento de várias estratégias e acções que, do nosso ponto de vista, parecem fundamentais para possibilitar a todos iguais oportunidades de acesso à prática de Educação Física nas Escolas Secundárias de Cabo Verde, e proporcionar oportunidade para uma maior integração dos alunos portadores de NEE e consequentemente contribuir para o sucesso na educação destes alunos sem esquecer que a participação nas competições internacionais de pessoas portadoras de alguma deficiência são sinais evidentes que demonstra a potencialidade destes indivíduos na área desportiva.

Consideramos que este estudo é pertinente, na medida em que a problemática das NEE tem sido muito discutida ao nível mundial e, como exemplo, pode-se fazer referência à Conferência sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade da Educação realizada em Salamanca, Espanha, e as recentes jornadas sobre o tema de Escolas Inclusivas realizada na cidade da Praia pelo Ministério de Educação, de onde saíram algumas orientações para as futuras Escolas Inclusivas no nosso país.

A fundação de organizações ligadas a Necessidades Educativas Especiais, bem como a construção de centros para portadores de NEE, são sinais que leva nos a admitir que gradualmente existe uma mudança de atitude da sociedade cabo-verdiana para esta questão. Os discursos ao nível internacional relativos à educação, têm sido benéfico no sentido de se incluir todas as crianças com NEE nas escolas regulares, de modo a evitar a sua discriminação. Com base na declaração de Salamanca, que saiu do referido encontro na Espanha, foram traçadas directrizes que vêm servindo de eixo norteador para a política educativa no mundo inteiro.

Apesar dos avanços na esfera mundial sobre este tema, ao nível de mudança de atitude, jornadas de reflexão, etc., pensamos ainda que é necessário maior empenho de todos os intervenientes para chegar à uma integração plena dos alunos com NEE nas aulas de Educação Física no nosso país.

Este trabalho está organizado em quatro partes:

A primeira parte refere-se à justificação da escolha do tema e objectivos do trabalho.

Na segunda parte está exposto o enquadramento teórico que contempla a contextualização, definição de conceitos, Educação Especial, Necessidades Educativas Especiais, História da Educação Especial, Integração Escolar, Inclusão, Condições para a Integração Escolar, Objectivos da Integração e da Inclusão e Contexto da Educação Especial Integrada em Cabo Verde.

Na terceira parte apresentamos o estudo prático que abarca os procedimentos metodológicos na qual fizemos a caracterização e constituição da amostra, os instrumentos de investigação utilizados, os procedimentos de recolha de dados realizados no estudo, a análise de dados dos professores, dos alunos portadores de deficiências e alunos não portadores de deficiências e as Discussões dos resultados.

A última parte esta dedicada às conclusões finais do estudo, sugestões e recomendações que possam contribuir para a integração desta camada estudantil com NEE nas aulas de Educação Física, Limitações e Recomendações.

Por último apresentaremos os anexos com os inquéritos aplicados aos professores e alunos e o requerimento para as escolas.

PARTE I – Justificação e Objectivos do trabalho

1. Justificação da escolha do tema

Supomos que nas Escolas Secundárias de Cabo Verde existem alunos que não participam nas aulas de Educação Física, devido à Necessidades Educativas Especiais.

Com base nesta suposição pretendemos realizar o presente estudo, no sentido de verificar esta situação e contribuir com os resultados deste estudo, para uma maior compreensão da problemática de integração destes alunos, caso não estejam integrados nas aulas de Educação Física nas suas escolas.

Tendo em consideração o princípio da disciplina de Educação Física e a potencialidade destes alunos, pensamos que a integração destes alunos é uma oportunidade de promoção da saúde e o bem-estar destes indivíduos.

Uma integração que deixe de fora os alunos portadores de deficiência é uma integração parcial e injusta que continua a pactuar com a marginalização devido a limitação física que estes alunos possuem.

2. Objectivos do trabalho

- Saber o grau de integração dos alunos com NEE nas aulas de Educação Física nas Escolas Secundárias de Santiago;
- Conhecer as causas principais da integração dos alunos portadores de deficiências nas escolas secundárias de Santiago na área de Educação Física;
- Saber o grau de formação, as capacidades dos professores de Educação Física para trabalhar com alunos portadores de deficiência;
- Criar um documento que sirva como base de informação para as entidades responsáveis deste sector na educação sobre a problemática destes alunos na assinatura de Educação Física.

PARTE II – Fundamentação Teórica

Capítulo I – Fundamentação Teórica

1.1. Contextualização

A Educação Especial tem vindo a desenvolver-se nos mais variados planos de inclusão do aluno portador de deficiência. Tradicionalmente votada ao acompanhamento dos alunos com necessidades educativas especiais nas áreas de competências académicas e de foro teórico, hoje procura abranger todas as facetas do desenvolvimento que a educação na escola pode promover. Silva, L.(2004, p.1)

De acordo com Silva & Neves. (2001,p.2), aula de Educação Física (EF) constitui um meio completo e abrangente que facilita o desenvolvimento da criança a todos os níveis. Isto porque esta proporciona à criança um ambiente onde se desenvolve actividade que estimula a aquisição de competências ao nível da auto-estima, das relações interpessoais, de aptidões para a vida, da educação para a saúde e segurança e até da educação moral, cívica e ambiental, desde que orientada e planificada tendo em vista o desenvolvimento global da criança.

Existe pois a necessidade de integrar o aluno no currículo escolar, tanto quanto as suas potencialidades o permitirem. Para além das actividades curriculares, a abrangência da intervenção estende-se às áreas de complemento curricular e extracurricular. Neste contexto, percebe-se como fundamental a participação e envolvimento do aluno portador de deficiência na aula de Educação Física da sua turma, bem como a participação em actividades de complemento curricular, no caso do Desporto Escolar, e ainda em todas aquelas actividades extracurriculares que o aluno manifeste interesse e desejo de participar.

De acordo com Silva, L.(2004, p.1) o aluno portador de deficiência é cada vez mais encarado como um indivíduo que aprende de uma forma diferente do que um indivíduo

incapaz de aprender. Efectivamente, a relação entre a deficiência e a capacidade de aprender, as necessidades educacionais e emocionais e a personalidade do portador de deficiência, ou seja entre a sua deficiência (e dificuldades consequentes) e o seu processo de desenvolvimento e de aprendizagem não é nem linear nem homogénea. Através de mudanças introduzidas no seu meio envolvente é possível controlar e reduzir essencialmente a interferência negativa da deficiência na sua capacidade em aprender e no seu processo de desenvolvimento. O ensino/aprendizagem de actividades motoras na escola necessárias à educação e desenvolvimento do aluno portador de deficiência, é cada vez mais uma realidade. A importância do “corpo vivido” sobrepõe-se cada vez mais ao “corpo instrumento”, colocando-se a ênfase nas capacidades e possibilidades do aluno em detrimento das suas limitações. Neste contexto, a participação do aluno portador de deficiência em actividades integradas com os seus colegas de turma, é uma mais-valia que importa perceber.

Ainda, indo de acordo com o Autor podemos dizer que o aluno com NEE, tal como qualquer outro colega, manifesta com frequência o interesse em praticar actividades físicas e desportivas. Integrado num percurso escolar, pois, é ali, junto dos seus colegas, que terá de ter lugar a sua prática física, corporal e desportiva. Porém, na maior parte dos casos, limitações de vária ordem impedem-no de aceder com prazer e segurança à disciplina de Educação Física. As incertezas quanto às suas capacidades; a falta de informação quanto à implicação da sua deficiência em relação à prática de EF; a inexistência de modalidades apropriadas no âmbito escolar; e a dificuldade de harmonização da sua participação decorrente das necessidades específicas da sua desvantagem, especialmente na aula de Educação Física; fazem com que habitualmente estes alunos estejam afastados da participação na aula de Educação Física

Nós, como professores, sabemos da importância da sua participação nestas actividades, porque é na escola que se torna mais efectiva todo o processo inclusivo e de desenvolvimento.

1.2. Definição de Conceitos

Impõe-se neste momento, clarificar alguns conceitos que irão ser referidos ao longo do trabalho bem como essenciais para a compreensão da problemática da integração de alunos com NEE: os conceitos de Educação, Educação Física, Educação Especial, Deficiências e Inclusão.

Educação

“Educação é o processo essencialmente social, que consiste na acção das gerações adultas sobre as novas, podendo variar no tempo e no espaço, segundo os ideais e interesses dos grupos que a promovam”. Piletti, N. (1999, p.110)

Educação Física

A Educação Física pode ser compreendida como uma área com a responsabilidade de desenvolver o ser humano através da actividade física, com uma contribuição educacional relevante a todos os indivíduos, relacionada com o desenvolvimento motor e a aptidão física para o bem-estar e saúde. Silva, A. & Neves, R. (2001, p.4)

Deficiência

Corresponde a uma anomalia do corpo humano e do funcionamento de um órgão ou sistema, independentemente da sua causa, tratando a princípio de uma perturbação orgânica que pode ser longa ou permanente, que de alguma forma dificulta ou impede o indivíduo na realização de determinadas acções.

Tipos de deficiência:

Deficiência Mental: será todo o indivíduo que tem maior ou menor dificuldade em seguir o processo regular de aprendizagem e que por isso tem necessidades educativas especiais, ou seja, necessita de apoios e adaptações curriculares que lhes permitam seguir o processo regular de ensino. Pacheco, D. & Valência, R. (1997, p.211)

Deficiência Motora: o aluno portador de deficiência motora é o que manifesta uma alteração motora que o torna diferente dos outros. Cuberos, et all. (1997, p.271)

Deficiência Auditiva: trata-se de deficiência em que os órgãos de audição são atingidos o que faz com que o indivíduo tenha dificuldades ou impossibilidade de escutar.

Deficiência visual: Martin, M, & Bueno, S. (1997, p.317) diz que o aluno portador de deficiência visual é aquele que sofre de uma alteração permanente nos olhos ou nas vias de condução do impulso visual causando uma diminuição da capacidade de visão que constitui um obstáculo para o seu desenvolvimento normal, necessitando por isso de uma atenção particular para as suas necessidades especiais.

Deficiência Múltipla: é aquela que porta mais de um tipo de deficiência. Ex.: deficiência física e mental, visual e motora.

Capítulo II – As Necessidades Educativas Especiais

2.1 Necessidades Educativas Especiais

Considera-se que existe uma necessidade Educativa Especial quando qualquer incapacidade (física, sensorial, intelectual, emocional, social ou qualquer combinação) afecta a aprendizagem de tal forma que se torna necessário num ou vários aspectos, o acesso ao currículo ou criar condições de aprendizagem e especialmente adaptadas se queremos que a educação do aluno seja de uma forma apropriada e efectiva.

De acordo com Jimenez (1997, p.9) o termo necessidades Educativas Especiais aparece pela primeira vez no relatório Warnock (1978). Relatório este que mais tarde inspiraria a nova lei de educação.

Tal como apresenta a nova lei o conceito de necessidade Educativa Especial é um conceito chave.

Considera que uma criança necessita de uma educação especial se tiver alguma dificuldade de aprendizagem que requeira uma medida Educativa Especial, dificuldade esta que surge quando aluno tem dificuldade de aprendizagem significativamente maior de que a maioria dos alunos da sua idade, ou ainda sofre de uma incapacidade que o impede de o utilizar das instalações educativas utilizadas pelos seus companheiros.

As pessoas com necessidades Educativas Especiais nas diversas áreas e nos vários graus de manifestação é garantido por lei o direito ao atendimento educacional especializado que se caracteriza pela utilização por profissionais habilitados, de métodos e técnicas diferenciadas, de conteúdos curriculares próprios e de equipamentos institucionais específicos.

No relatório Warnock (1978), citado por Niza, S. (1996 p.143) foram considerados três tipos de necessidades específicas:

- A necessidade de meios complementares que facilitem o acesso aos conteúdos e as actividades dos programas como é o caso do sistema de Braille ou da língua gestual;
- A adaptação dos programas através dos seus conteúdos, especialmente para as crianças portadoras de deficiência mental;
- A alteração da organização e clima afectivo da actividade escolar na sala de aula e nos recintos de Educação Física para os alunos com dificuldades de adaptação.

Esses tipos de necessidades especiais não correspondem a agrupamentos de alunos, referem-se aos instrumentos e estratégias de apoio à educação para que possa ser vencida as dificuldades escolares deste vasto conjunto de alunos.

Ainda Niza S.(1996 p.146), sublinha que de entre os alunos com dificuldades de aprendizagem, só terão necessidades especiais aqueles que venham a precisar de adaptações das condições do ensino/aprendizagem do currículo. Os que têm necessidades de adaptações correspondem também ao nível de dificuldades ligeiras, moderadas ou severas. E de entre esses alunos alguns poderão manifestar algumas necessidades resultantes de incapacidade originadas pela deficiência.

Porém, existem crianças portadoras de deficiências que não precisam de adaptações especiais pelo facto de demonstrarem dificuldades de aprendizagem, pois, apesar de portadores de deficiência não estão, portanto, no âmbito das necessidades especiais de educação. Manifestam necessidades especiais de educação, as crianças em situação de inadaptação escolar que tenham dificuldades emocionais ou comportamentos que podem mostrar desvantagens no plano da socialização e das aprendizagens escolares.

2.1.1 Tipos de Necessidades Educativas Especiais

São dois os tipos de Necessidades Educativas Especiais:

NEE Temporário – São aquelas que exigem modificação parcial do curriculum escolar adaptando as características do aluno num determinado momento do seu desenvolvimento.

NEE Permanente – São aquelas que exigem adaptações generalizadas do currículo adaptando às características do aluno. As adaptações mantêm-se durante grande parte ou todo o processo escolar do aluno.

2.2 Educação Especial

Segundo Jimenez, (1997, p.9) o termo Educação Especial é utilizado para designar um tipo de educação diferente da prática no ensino regular e que se desenrolaria paralelamente a esta.

A Educação Especial era dirigida aos alunos possuidores de algum défice ou handicap que os diferenciava dos alunos considerados normais.

A normalização de serviço no âmbito da integração escolar fez surgir uma concepção de práticas diferentes. Agora, a Educação Especial decorre na mesma via que a Educação regular. A escola de discriminação deu lugar à escola de integração; a escola da homogeneidade deu lugar à escola da diversidade (Jimenez, 1997: 9).

Daí, o conceito de aprendizagem mudou, isto porque antes apontavam que a causa das dificuldades existiam dentro do aluno, pois hoje a escola é também considerada como culpada na medida em que não se adapta às necessidades da criança.

É importante notar que a Educação Especial é bastante abrangente e ampla, engloba uma imensa diversidade de necessidade educativa especial bem como uma equipa multidisciplinar composta pelos profissionais e especialistas. Seu objectivo principal é promover uma melhor qualidade de vida a aqueles que por algum motivo necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social.

2.2.1 Princípios da Educação Especial

São quatro os princípios da Educação Especial:

Participação – entendida como o envolvimento de todos os sectores da sociedade no desenvolvimento de actividades educativas, ou seja, uma acção conjunta na área de Educação Especial.

Integração – caracterizada como um processo dinâmico e orgânico envolvendo esforço dos diferentes seguimentos sociais com o fim de estabelecer condições que permitam aos portadores de deficiência uma vida tão normal quanto possível.

Interiorização – concebida como expansão do atendimento aos municípios e às periferias urbanas e zonas rurais estimulando a implementação de novos serviços e valorização das iniciativas comunitárias relevantes.

Simplificação – é uma opção por alternativa simples para os processos ensino/aprendizagem em Educação Especial sem prejuízo dos padrões de qualidade.

A seguir, apresentamos o quadro com características de Educação Especial associadas às Necessidades Educativas Especiais.

Quadro nº.1 características de EE e NEE

Educação Especial	Necessidades Educativas Especiais
Termo restritivo carregado de múltiplas conotações pejorativas.	Termo mais amplo, geral e propício para a integração escolar.
Costuma ser utilizado como “etiqueta” de “diagnóstico”.	Faz-se eco das necessidades educativas permanentes ou temporárias dos alunos (as). Não é nada pejorativo para o aluno(a).
Afasta-se dos alunos (as) consideradas normais.	As NEE referem-se às necessidades educativas do aluno/a e, portanto, englobam o termo EE.
Predis põe para a ambiguidade e arbitrariedade, em suma, para o erro.	Estamos perante um termo cuja característica fundamental é a sua relatividade conceptual.
Pressupõe uma etiologia estritamente pessoal das dificuldades de aprendizagem e/ou desenvolvimento.	Admite como origem das necessidades de aprendizagem e/ou desenvolvimento, uma causa pessoal escolar ou social.
Tem implicações educativas de carácter marginal, segregador.	As suas implicações educativas têm um carácter marcadamente positivo.
Contém implicitamente referencias à currículos especiais, e por isso, à escolas especiais.	Refere-se ao currículo normal e idêntico, sistema educativo para todos os alunos.

No quadro nº. 1 Resumem-se as características dos termos Educação Especial no seu sentido Tradicional e Necessidades Educativas Especiais segundo Jimenez, R. (1997, p.11)

Um aspecto digno de ter em conta relativamente ao que foi exposto, é que este novo modelo não afecta apenas os alunos considerados casos típicos de Educação Especial, mas é importante, todos os outros alunos com atraso escolar por causas diversas que engrossariam dentro em pouco essa lista de fracassados escolares e que agora, graças às alterações propostas para as condições educativas, receberão o apoio adequado para superar as suas dificuldades. Jimenez, R. (1997, p.11)

2.3 História de Educação Especial

Impõe-se neste momento dar uma visão da forma como se tem processado o atendimento às pessoas portadoras de deficiência, incapacidades e handicap.

Jimenez, R. (1997 p. 21), dividiu esta abordagem histórica em três épocas: uma que pode ser considerada como a pré-história da educação Especial; uma segunda em que a Educação especial é entendida como o cuidado com a assistência e também com a educação prestada a certo tipo de pessoas e caracterizada por decorrer de situações e ambientes separadas da educação regular; uma última etapa muito recente em que actualmente nos encontramos, com tendências que nos levam a supor uma nova abordagem de conceito da prática da Educação Especial. De momento nos interessa debruçar mais sobre as duas primeiras épocas.

2.3.1 Antecedentes

Esta época é caracterizada pela ignorância e rejeição dos indivíduos portadores de deficiências, isto nos finais do século XVIII.

Durante a idade média a igreja condenou o infanticídio, mas, por outro lado, acalentou a ideia de atribuir a causas sobrenaturais as anormalidades de que padeciam as pessoas. Considerou-as possuídas pelo demónio e outros espíritos maléficos, e submetia-os à práticas de exorcismo.

No século XVII e XVIII, as pessoas portadoras de deficiência mental eram internadas em orfanatos, manicómios, prisões e outros tipos de instituições estatais. E ficavam junto com delinquentes, velhos e pobres, etc.

Assim, como primeira experiência positiva, Jimenez, R (1997) citou:

O frade Pedro Ponce Leon (1509-1584) que em meados do século XVI, levou a cabo no mosteiro de onã a educação de 12 crianças surdas com surpreendente êxito. E é reconhecido como o iniciador do ensino para surdos e criador do método oral.

Em 1755, Abade Charles Michel de l'Epée (1712-1789), criou a primeira escola para surdos, tendo posteriormente convertido no instituto Nacional de Sordumudos.

Em 1784, Valentim Hairy (1745-1822) criou em paris um instituto para crianças cegas. Entre os seus alunos encontrava-se Luís Braille (1806-1852) que mais tarde viria a criar o famoso de leitura e escrita conhecido por sistema de Braille.

Ainda Sousa, L. (1998 p. 64), diz que até a idade média as crianças com limitações, ou eram mortos à nascença ou apedrejados por serem inferiores e inúteis. Chegam mesmo a ser comparados à monstros, ou ainda, reunidos aos criminosos e aos possuídos do demónio. Não havia distinção nenhuma, pois as crianças portadoras de deficiências são misturadas com os adultos. Só em 1831, que Jean-Pierre Falret, nomeado médico-chefe da secção de idiotas de la Salpêtrière, juntou as crianças portadoras de deficiências e fundou uma escola para elas.

Assim, com estes movimentos encaminham à organização de escolas especiais ou para o estabelecimento nas escolas públicas de classes especiais.

2.3.2 A Era das Instituições

Nos finais do século XVIII e início do século XIX, inicia-se o período da institucionalização especializada de pessoas portadoras de deficiência, e foi então que se pode considerar ter surgido a Educação Especial.

Nessa época imperava a ideia de que era preciso proteger a pessoa normal da anormal ou seja, a pessoa portadora de deficiência era considerada um perigo para a sociedade.

Também acontecia o inverso, considerava-se que a pessoa portadora de deficiência teria que ser protegida daquela sociedade alegando que tal só lhe traria danos e prejuízos. Como resultado, as pessoas portadoras de deficiência eram separadas e discriminadas.

Posto isso, abrem-se escolas fora das povoações, argumentando que o campo proporcionaria-lhes uma vida saudável e alegre.

Desta forma, se tranquiliza a consciência colectiva, pois estava a proporcionar cuidado e assistência a quem necessitava, protegendo o portador de deficiência da sociedade sem que esta tivesse de suportar o seu contacto. Esta situação prolongar-se-á até meados do século acima citado.

Ao longo do século XIX, criam-se escolas especiais para cegos e surdos, e no final do século inicia-se o atendimento à pessoas portadoras de deficiência mental em instituições criadas para esse fim.

Ainda Jimenez, R. (1997 p. 23) aponta as principais figuras e factos da história de Educação Especial durante a Era das instituições:

a) Tentar encontrar métodos de tratamento em que se salientou:

- Philippe Pinel (1745-1826) que empreendeu o tratamento médico dos atrasados mentais e escreveu os primeiros tratados sobre essa especialidade.

- Voisin, na sua obra publicada em 1830, estuda o tipo de educação necessária para as crianças com atraso mental.

- Seguin (1812-1880) se dedicou a elaborar um método para a educação de «crianças idiotas» denominando método fisiológico. Foi o primeiro autor da Educação Especial, fazendo referência nos seus trabalhos à possibilidade de aplicação desse método no ensino regular.

- Em Espanha, a lei Moyano de 1857, previa a criação de escolas para crianças surdas. E em 1907 os irmãos Pereira inauguraram em Madrid o Instituto Psiquiátrico Pedagógicos para atrasados mentais.

- O desenvolvimento científico e técnico permitem dispor de métodos fiáveis de avaliação e tratamento (médico, psicológico e educativo).

Capítulo III – A Integração Escolar

3.1 Integração Escolar

A integração escolar é mais uma “filosofia educativa que uma entidade precisa (...), não define um modelo específico que possa dar resposta aos pedidos de cada aluno”. (Buew, 1991:41). In Sousa, (1997), p. 34

A NARC (National Association of Retarded Citizens, EUA), citado por Jimenez, R. (1997 p.21), diz a este respeito que “a integração é uma filosofia ou princípio de oferta de serviços educativos, que se põe em prática mediante a provisão de uma variedade de alternativas de ensino e de aulas adequadas ao plano educativo de cada aluno, permitindo a máxima integração educacional, temporal e social entre alunos portadores de deficiência e os não portadores durante o período escolar normal”.

Isto implica algo mais que uma mera colocação física das crianças em classes normais, implica o desenvolvimento de um plano de ensino que serve não só para identificar as necessidades escolares das crianças, mas também para determinar o curriculum e os métodos de ensino necessários para atingir objectivos previamente formulados.

A integração de criança com problemas na escola regular facilita o conhecimento do mundo em que vivem e que a sua própria realidade seja mais completa. Isto, serve ainda para demonstrar que integrar não é só participar, tem uma interpretação existencial, pois faz-se entrar um novo elemento num conjunto.

De acordo com Prado, F. (1997 p.362), a escola deve oferecer ao aluno portador de deficiência a possibilidade de desenvolver-se no ambiente natural em que vai viver, é preferível não o desintegrar desde o início do ambiente porque isto lhe motivará e potencializará o desenvolvimento das capacidades necessárias para que este possa sentir seguro. Contudo, autónomo e útil, valorizado por si próprio e pelos demais.

A escola não é só um local onde se adquire os conhecimentos mas sim, é um local onde todos nós aprendemos a conviver no grupo social.

A integração, define-se ainda como a negação das instituições e dos métodos especializados. Trata-se da “adequação das situações de aprendizagem ao nível de desenvolvimento do aluno. Esta determina o conjunto de conteúdos que ele pode aprender e estratégia a utilizar” (Rodrigues, 1995: 534). In Sousa, (1997, p. 34)

O conceito de integração escolar, consistiu inicialmente em “substituir os reflexos de rejeição muito frequentes, por uma atitude de acolhimento da criança com dificuldades, qualquer que seja a sua natureza e sem distinção à priori” (Devaud & Rebourg, 1989, p.). In Sousa, (1997, p. 34).

“Na escola é importante que as crianças portadoras de deficiência sejam valorizadas, que tenham seus direitos de opinião e participação respeitadas para que se sintam capazes e se desenvolvam normalmente. A escola precisa contar com técnicos e materiais apropriados para evitar a marginalização das crianças com deficiências físicas”. Piletti, N. (2000, p.155)

A partir dos anos 60, surgem critério de justiça e igualdade.

A segregação deu lugar ao ideal de integração escolar que agora é ainda substituída por escola inclusiva.

A integração escolar é uma das etapas de transição para integração social que pressupõe a interacção entre a pessoa portador de deficiência e a comunidade. Inspirada por um pensamento filosófico humanista em que “valores fundamentais são a abertura aos outros e aceitação das diferenças, a integração escolar, visa três objectivos: favorecer a inserção social; promover a autonomia em particular graças a uma formação geral e profissional; permitir aos pais uma verdadeira escolha de educação” (Simon, 1991: 20). In Sousa, (1997), p. 34 Pretende, também, aumentar as possibilidades educativas em situações mais próximas das normais, ou seja, favorecendo o contacto com os companheiros da mesma idade, de forma que

no futuro possam integrar-se da melhor forma possível na sociedade. Tem objectivos a longo prazo, designadamente, modificar as relações sociais e ocasional aceitação social.

Ainda de acordo com a Autora, podemos diferenciar alguns níveis de integração escolar:

a) Acção educativa que é realizada em centros de educação Especial instalados juntos de escolas regulares, mas com uma organização diferente, assim, compartilham-se apenas espaços comuns como o pátio de recreio e os corredores.

b) Integração funcional

Esta articula-se em três níveis, de menor a maior integração funcional:

- Utilização dos mesmos recursos por parte dos alunos portadores de deficiências e dos alunos das escolas regulares, mas em momentos diferentes;
- Utilização simultâneo dos recursos por parte dos dois grupos;
- Utilização comum de algumas instalações simultaneamente e com objectivos educativos comuns.

c) Integração Física

Traduz-se pela redução da distância física entre os alunos da educação especial e os alunos da educação geral. Trata-se portanto da aproximação geográfica dos espaços escolares destinados aos dois grupos de alunos (Martin Soder, 1981). In Niza, S. (1996, p. 142)

d) Integração Social

Traduz-se pela redução da distância social existente entre um grupo de crianças deficientes e um grupo de crianças ditas normais. É considerado “distância social” a inexistência ou a fraca existência de interacção, entre os dois grupos provocando a situação psicológica de afastamento. A aproximação dos dois grupos traduz-se pela aceitação mútua e sentimento de pertença natural a um mesmo grupo (Martin Soder, 1981). In Niza, S. (1996, p. 142)

As vantagens da integração incluem: o incentivo da relação com os outros, permitindo uma riqueza internacional; um melhor desenvolvimento, designadamente, através da mais completa e normal socialização, alguns ganhos para os outros alunos, por exemplo, a nível de maiores recursos educativos e do desenvolvimento de atitude e respeito.

3.2 Inclusão

A noção de escolas inclusivas segundo Sousa, L. (1998 p.), reenvia a ideia segundo a qual mais do que integrar no ensino regular crianças que dele estariam excluídas, incluí-las na escola desde o início, em idade escolar independentemente das suas características (físicas, sociais e linguísticas), mantê-las aí, evitando a sua exclusão criando assim oportunidades para que todos tenham uma aprendizagem bem sucedida, graças à diferenciação de estratégias que pode ser imposta.

A alternativa escolar mais recente é, de facto a de uma escola inclusiva orientada para o currículo por oposição à perspectiva centrada nas incapacidades ou nas dificuldades das crianças.

Segundo Niza, S. (1996, P. 147) o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em: todos alunos devem aprender juntos independentemente das suas diferenças, pois estas escolas devem reconhecer e satisfazer quaisquer que sejam as necessidades dos seus alunos, adaptando os diversos estilos e ritmos de aprendizagem de modo que todos consigam alcançar um bom nível de educação através de currículos adequados, uma boa organização escolar e estratégias pedagógicas.

Ainda, fazendo referência ao autor acima citado, só uma pedagogia centrada na cooperação poderá vir a concretizar os princípios da inclusão, da integração e da participação. Princípios estes, que devem orientar o trânsito de uma escola de exclusão para uma de inclusão que possa garantir o direito de acesso e igualdade de condições para o sucesso de todos os alunos numa escola para todos.

3.3 Objectivos da Integração e da Inclusão: autodeterminação, normalização e qualidade de vida

Segundo Sousa, L. (1998; P. 93) a autodeterminação, normalização e qualidade de vida são conceitos próximos e complementares que revelam os valores subjacentes à integração e inclusão.

Ainda, de acordo com a Autora a autodeterminação é um conceito político e social, que surge com os movimentos de emancipação das mulheres e a luta dos negros pela liberdade, e é entendido aos portadores de deficiência.

Essa noção ou vida autónoma consiste em permitir aos portadores de deficiência de serem dono do seu corpo e das suas maneiras de viver. Ainda, é um processo de sensibilização e emancipação para possibilitar às pessoas com handicaps, independentemente da sua idade, beneficiar de igual oportunidades de participar em todos os aspectos da vida social.

A autonomia significa ter a possibilidade de decidir em interacção com os outros. Ainda, indo de acordo com Santos (1991; P. 44), citado por Sousa (1998; P. 94) podemos definir a autonomia como a possibilidade de pensar, de sentir por si próprio e, também, a capacidade de se colocar a uma certa distância.

Pode ser autónomo em dependência, desde que através da comunicação se interprete o que o outro quer, que o ajudemos a realizar o seu desejo ou a escutar a sua decisão.

Sousa (1998; P.) diz que a normalização é entendida como um processo que faz com que as pessoas portadoras de deficiência tenham uma existência mais próxima possível do normal.

Bengt Nirje, citado por Sousa (1998; P.) considera que a normalização significa um ritmo normal ao longo do dia, da semana e do ano. Portanto, normalizar é tornar os padrões e condições de vida diária dos indivíduos em desvantagem, tão próximos ou semelhantes quanto possível das que são da componente principal da comunidade em que está inserida. Ainda, podemos dizer que a ideia de normalização ou valorização do papel social aproxima – se bastante do mais actual de qualidade vida.

Ainda, Sousa (1998; P. 95) diz que é um processo pelo qual uma pessoa trabalha activamente com os outros. Cada um tem uma possibilidade de construir uma existência própria apesar das diferentes capacidades que cada um tem. Para ter uma boa qualidade de vida é fundamental reunir algumas condições: ter uma rede social, dominar estas acções, e essas relações devem permitir uma percepção positiva do eu, assim como a percepção do outro.

3.4 Condições para a Integração Escolar

Em geral, todos os alunos vão para a escola esperando que esta melhore a vida deles. Propriamente, os pais alimentam essa expectativa que transferem aos filhos, esperam que os filhos, tendo oportunidade de estudar, tenham uma vida melhor que eles. Por isso, pensamos que é extremamente importante que a escola tenha condições para acolher e integrar todos os alunos independentemente das suas diferenças contribuindo assim para o seu crescimento pessoal e desenvolvimento.

É neste sentido que (Vayer, P. & Roncin, C. p.53) diz “para que a criança desfavorecida, pessoalmente ou pelas circunstâncias que marcaram as primeiras relações se integre no mundo dos outros é preciso, em primeiro lugar e antes de mais nada que esse mundo a aceite”. Não basta dar um lugar à criança no fundo da classe ou numa estrutura de atendimento, para que ela participe activamente na vida do grupo social em que se encontra. A integração é algo completamente diferente. Ora, na medida em que a criança se integra na estrutura de comunicação que ela pode envolver-se na acção e no relacionamento com os outros, envolvimento esse que é, a condição de todo o desenvolvimento.

Jimenez, R. (1997, p.31/32) expõe alguns factores dignos da integração escolar, apesar de que são muitos e variados que se poderiam incluir.

- Antes de generalizar é necessário estabelecer programas e experiências que marquem etapas quanto aos procedimentos mais idóneos para a prática da integração escolar.
- Outro aspecto prioritário consiste em realizar uma campanha de informação e mentalização da opinião pública sobre os fenómenos da integração escolar.
- Uma legislação que garanta e facilite a integração.
- Redução da proporção professor/alunos. As classes muito numerosas não favorecem a integração porque dificultam o aparecimento e manutenção do sentimento de pertença num grupo e a formação de vínculos dentro deste e a atitude do professor em grupos muito numerosos tende a exigir comportamentos facilmente controláveis e, como tal, homogéneos.
- Supressão de barreiras arquitectónicas e adaptação das escolas regulares às necessidades dos diferentes alunos.
- Dotar as escolas dos recursos humanos, de materiais didácticos que sejam necessários e contar com apoios das equipas interdisciplinares do sector.
- Uma boa relação entre a escola e a comunidade em que se insere, já que a integração não acaba só na escola, mas continua fora dela.
- Participação activa dos pais no processo educativo do aluno. É necessária uma maior informação, dirigida tanto aos pais das crianças portadoras de deficiência como aos pais das outras crianças, que os prepare para uma participação e colaboração positiva.
- A formação e o aperfeiçoamento dos professores e outros profissionais implicados na integração escolar, assim como o empenho de todos para trabalhar em equipa.

3.5 Integração por Meio da Educação Física

A prática educativa inclusiva defende que todos os alunos devem aprender juntos independentemente das diferenças que apresentam.

Para tal, deverá possuir currículos adequados, ter uma boa organização escolar e pensar estratégias pedagógicas como a de cooperação dos alunos com NEE e a comunidade educativa.

A disciplina de Educação Física é a base fundamental para que os alunos com NEE iniciem a prática física e desportiva. É aqui que poderão desenvolver as suas aptidões motoras, promovendo uma melhor relação e conhecimento corporal, aumentando a capacidade de tomar “riscos”; estimulando a iniciativa e sentido cooperativo, melhorando a auto-estima, a compreensão e aceitação da diferença e a integração social.

A Educação Física escolar, sendo adaptada ou não, pode ser uma forma de proporcionar ao aluno uma oportunidade de realizar e aprender novos movimentos de lazer e recreação, de aprendizagem de novos jogos e brincadeiras e também uma oportunidade de competição e integração com outros alunos.

Achamos que a Educação Física, deve ser flexível a ponto de atender a todos. Neste sentido, acreditamos que não é a Educação Física que muda, quando actua com um ou outro indivíduo, mas sim, a postura do profissional que procura forma de integrar o aluno, nesse caso o aluno portador de deficiência.

“A Educação Física Adaptada não é nada mais do que a adequação de metodologia, adaptação de materiais e técnicas que venham atender as diferenças individuais de cada portador de deficiência. Entretanto, tais adequações, devem ser baseadas nos tipos e características das deficiências para que possam dar oportunidades a todos, a participação no maior número de actividades possíveis, visando assim, sua melhoria à nível motor, afectivo, cognitivo, bem como a interacção e integração com as demais pessoas” (Nogueira, 2000).

Aviz (1998), ressalta que a actividade física e/ou desportiva pode significar para o portador de deficiência, o desenvolvimento da auto-estima, a melhoria da sua auto-imagem, o estímulo à independência, a integração com outras pessoas, uma experiência enriquecedora com seu próprio corpo, (...) além de uma oportunidade de testar suas possibilidades, prevenir-se contra deficiências secundárias e integrar-se consigo mesmo e com a sociedade.

Deve-se considerar também o interesse em particular, de actividades físicas ou desportivas sejam em busca de prazer, diversão, competição ou busca de uma melhor qualidade de vida.

A Educação Física na escola constitui numa grande área de adaptação ao permitir, a participação de crianças e jovens em actividades físicas adequadas às suas possibilidades, facultando que sejam valorizados e se integrem num mesmo mundo. O Programa de Educação Física quando adaptada ao aluno portador de deficiência, possibilita ao mesmo a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor adaptação

Disposição, boa vontade e determinação para quebrar conceitos antigos são alguns requisitos necessários para os professores de Educação Física tornarem suas aulas inclusivas. Na nossa disciplina, esse princípio traz um grande benefício para todos os alunos, mesmo para os que não têm deficiências. Isso porque a grande parte deles se descobre capaz de praticar actos solidários e cooperativos, aumentando sua tolerância e compreensão em relação aos outros, o que pensamos ser muito importante para a nossa sociedade.

Para garantir a inclusão dos alunos portadores de deficiências devemos pelo menos:

- 1 - Transmitir informações correctas sobre cada tipo de deficiência;
- 2 - Receber com naturalidade alunos portadores de deficiência nas aulas;
- 3- Estimar suas relações e suas participações nas actividades escolares;
- 4- Garantir que os responsáveis pela organização de eventos levem em consideração a participação dos alunos portadores de deficiências;
- 5- Garantir que o departamento de recursos humanos e os professores estejam preparados para avaliarem os alunos portadores de deficiência;
- 6- Nunca tratar os alunos portadores de deficiência como se fossem doentes, antes ouvi-los e respeitá-los.

Capítulo IV – Educação Especial Integrada em Cabo Verde

4.1 Contexto da Educação Especial Integrada em Cabo Verde

O Ensino Especial integrado em Cabo Verde abre assim novas perspectivas para a educação em Cabo Verde, pois permite dar resposta a muitas situações de deficiência aproveitando os recursos já existentes.

Assim, para o bom sucesso na implementação do Ensino Especial Integrado em Cabo Verde dirigido às crianças em idade escolar com NEE é fundamental uma avaliação correcta e precisa do Sistema Geral de Ensino dos seus recursos e necessidades. (Maria Alice Aguiar)

Do ponto de vista legal, a década de 90 caracteriza-se particularmente pela divulgação de documentos oficiais, cujo principal objectivo era a integração das pessoas com história de deficiência no ensino regular.

Apesar do suporte legal (LBSE) para a implementação de E.E.I, o Ministério de Educação não continha um corpo administrativo que desse resposta às demandas da educação de alunos portadores de deficiência.

No entanto, em 1993, a EEI, apesar de ter um suporte legal, não havia uma estrutura que facultasse a sua implementação, no entanto, a origem da EEI surgiu da seguinte forma:

“Maria Alice Figueiredo, Psicóloga, vivendo em Portugal, antes de 1994, e tendo acompanhado o desenrolar da Educação Especial naquele país, tomando a experiência vivida pelos diferentes países que há mais tempo equacionaram a problemática da educação do portador de deficiência, elaborou, um ante-projecto para a implementação da EEI em Cabo Verde intitulado: «Uma abordagem para a implementação do ensino Especial integrado em Cabo Verde» (Dra. Alice Figueiredo). Este ante-projecto pode ser caracterizado como uma das principais referências que o ME adoptou para a elaboração, em 1994, do «Projecto de implementação da Educação Especial Integrado» no nosso país (PIEEI). Após a apresentação

do ante-projecto e, entre 1993/94, esta psicóloga começou a trabalhar no MED. A aposta desde o início foi no sentido de criar a escola inclusiva.” Moreira, M. (2005, p.39)

Apesar do aparecimento da política de Educação Inclusiva no nosso país, pelo menos do ponto de vista legal, no momento em que as discussões mundiais apontavam para a inclusão de crianças com NEE nas escolas regulares, mas não na educação física nota-se, do ponto de vista prático, uma ausência total de um departamento vocacionado para um atendimento adequado às crianças com NEE.

O ante-projecto «Uma abordagem para a Implementação do Ensino Especial Integrado em Cabo Verde» (Aguiar, 1993) o qual se constitui como a primeira abordagem para a implementação da Educação Especial em Cabo Verde visava os seguintes objectivos:

- Dar resposta às necessidades dentro do sistema regular de ensino;
- Potenciar as capacidades da criança contribuindo para a sua socialização e integração no meio a que pertence;
- Criar condições que levam à modificação das atitudes e comportamentos face à problemática do diferente;
- Criar condições para que as respostas específicas fossem iniciadas de uma forma precocemente possível e em articulação com as outras organizações da rede social, saúde, promoção social, serviços locais e comunitários.

Considerando que o ensino especial integrado deve ser uma prática que conduza à aceitação do diferente podemos ver que a ideia básica é associar a pratica à adopção de novos comportamentos. Pois, o objectivo geral desta abordagem é criar condições para dar resposta aos objectivos acima referidos.

Tudo o que falamos, refere-se à criação de condições para integrar o aluno na escola regular sem ter em conta a especificação da disciplina, que no nosso caso é a disciplina de EF. Segundo Aguiar, tudo o que tem feito é para a integração dos alunos portadores de deficiência na escola regular, contudo, pensamos de uma forma optimista sobre a possibilidade de o mesmo acontecer especificamente na disciplina de EF.

Parte III – Estudos Práticos

Capítulo V – Apresentação e análise dos Resultados

5.1 Introdução

No presente capítulo apresentamos os objectivos específicos do estudo, a amostra, a metodologia utilizada e procedemos a apresentação dos resultados dos inquéritos aplicados aos professores de Educação Física, aos alunos portadores de deficiências e aos alunos ditos normais das Escolas Secundárias da ilha de Santiago.

Com base na estrutura organizacional do nosso trabalho, em primeiro lugar apresentamos os resultados dos inquéritos aplicados aos professores de Educação Física das Escolas Secundárias da ilha de Santiago, em segundo lugar os dados dos inquéritos aplicados aos alunos portadores de deficiências das turmas de Educação Física e em terceiro lugar os dados dos inquéritos aplicados aos alunos ditos normais das turmas de Educação Física das mesmas escolas.

A amostra do nosso trabalho foi de 13 Escolas Secundárias da ilha de Santiago.

5.2 Questionários

Elaborámos e aplicámos questionários aos professores de Educação Física e aos alunos. A utilização desta técnica foi importante, porque permitiu recolher informações relacionadas com os sentimentos e as preocupações das pessoas em relação ao processo de integração dos alunos com NEE nas aulas de Educação Física.

Foram concebidos dois inquéritos. Um para professores de Educação Física e outro para alunos portadores de deficiência e alunos considerados normais com instruções de preenchimento do mesmo à frente de cada questão.

Os questionários estão divididos em três partes:

Professores

Na primeira parte referimos à identificação do professor, onde procuramos saber o sexo, a idade, o concelho, Estabelecimento de ensino onde lecciona, tempo de serviço e habilitações literárias. Na segunda parte procuramos saber se tem alunos portadores de deficiências na sua turma, o tipo de deficiência, como participam na aula de Educação Física, e na terceira parte saber se o professor se sente preparado para trabalhar com alunos portadores de deficiência, se recebeu formação para trabalhar com alunos portadores de deficiência, qual a preocupação dos pais/encarregados de educação com os seus educandos na aula de Educação Física e se os alunos portadores de deficiências sentem alguma dificuldade em estabelecer relações de amizade com os colegas.

Alunos Portadores de Deficiências

À primeira parte, coube a identificação do aluno, onde procuramos saber o sexo, a idade, o concelho, Estabelecimento de ensino onde estuda e o nível de escolaridade.

Na segunda parte saber se é portador de deficiência, o tipo de deficiência, como se sente na escola, como participa na aula de Educação Física e o que mais gosta na aula de Educação Física. Na terceira parte saber se a escola tem condições para acolher alunos portadores de deficiência na disciplina de Educação Física, como o aluno se sente na aula de Educação Física, qual a relação com o professor/a e com os colegas, como se sente no meio dos colegas e o gosto pelas modalidades desportivas.

Alunos ditos Normais

Na primeira parte referimos à identificação do aluno, onde procuramos saber o sexo, a idade, o concelho, Estabelecimento de ensino onde estuda e o nível de escolaridade.

Na segunda parte saber se é portador de deficiência. Na terceira parte se acha que um aluno portador de deficiência pode participar na aula de Educação Física, se participaria na aula de Educação Física juntamente com um aluno portador de deficiência e se o incluiria na sua equipa durante a aula de Educação Física.

5.3 Amostra

A amostra do presente trabalho recobrirá todas as escolas secundárias da ilha de Santiago respectivamente com a excepção da Escola Secundária Cónego Jacinto

Participaram na nossa amostra 33 professores de EF, 84,8% do género masculino e 14,2% do sexo feminino, 79 alunos de entre as quais, 29 portadores de deficiência e 50 alunos ditos normais.

Dos alunos portadores de deficiência 58,6% são do sexo masculino e 41,4% do sexo feminino.

Quanto aos alunos ditos normais 54% são do sexo masculino e 46% feminino.

5.4 Procedimentos metodológicos

O nosso estudo foi feito com base em inquéritos.

Após a elaboração dos inquéritos, fizemos um levantamento de todas as Escolas Secundárias da ilha de Santiago onde leccionam Educação Física e que tem alunos portadores de deficiência. Optamos pela não aplicação do inquérito na Escola Cónego Jacinto por não ter nenhum aluno portador de deficiência (segundo informações recolhidas previamente).

Iniciamos a aplicação do inquérito a 10 de Maio de 2006.

Os professores de Educação Física e os alunos das Escolas Secundárias acima referidos receberam os inquéritos em mãos. Foi estabelecido um prazo de 8 dias para o preenchimento e devolução dos mesmos.

Dos 120 inquéritos distribuídos, recebemos 112. Responderam num total de 33 professores, 29 alunos portadores de deficiência e 50 alunos ditos normais. Os outros não recebemos porque não devolveram a tempo estipulado. Após a recepção dos inquéritos procedemos a análise e tratamento dos dados. Os dados foram tratados através de série de frequência e de análise de conteúdo.

5.5 Apresentação e Análise de dados

5.5.1- Professor

Quadro5. 1 – Sexo dos professores.

	Nº	%
Masculino	28	84,8
Feminino	5	15,2
Total	33	100

Pela leitura do Quadro 5.1 verificamos que 84,8% dos professores inquiridos são do género Masculino e 15,2% são do género Feminino.

Quadro 5.2 – Faixa etária dos professores.

	Nº	%
20-24 Anos	2	6,1
25-29 Anos	15	45,5
30-34 Anos	3	9,1
35-39 Anos	1	3,0
40-44 Anos	6	18,2
Maior que 44 Anos	4	12,1
N/R	2	6,1
Total	33	100

Analisando o Quadro 5.2 concluímos que 6,1% dos professores inquiridos tem idade compreendida entre os 20 a 24 anos, 45,5% entre os 25 a 29 anos, 9,1% entre os 30 a 34 anos, 3,0% entre os 35 a 39 anos, 18,2% entre os 40 a 44 anos, 12,1% maior que 44 anos e 6,1 não sabem ou não responderam a questão.

Quadro 5.3 – Concelho onde reside os professores.

	Nº	%
Praia	12	36,4
São Domingos	2	6,1
Tarrafal	3	9,1
Santa Catarina	4	12,1
Santa Cruz	7	21,2
São Miguel	5	15,2
Total	33	100

Face a leitura do Quadro 5.3 concluímos que 36,4% dos professores inquiridos são do concelho da Praia, 6,1% são do concelho de São Domingos, 9,1% são do concelho do Tarrafal, 12,1% são do concelho de Santa Catarina, 21,2% são de Santa Cruz e 15,2% de São Miguel.

Quadro 5.4 – Estabelecimento de ensino onde lecciona os professores.

	Nº	%
Liceu Domingos Ramos	3	9,1
E.S. de São Domingos	1	3,0
E.S. Amor de Deus	2	6,1
E.S. Cesaltina Ramos	1	3,0
E.S. Pedro Gomes	2	6,1
E.S. Amílcar Cabral	2	6,1
E.S. Santa Cruz	6	18,2
E.S. São Miguel	5	15,2
E.S. do Palmarejo	3	9,1
E.S. Constantino Semedo	2	6,1
E.S. do Tarrafal	2	6,1
E.S. Calabaceira	1	3,0
E. Técnica Assomada	3	9,1
Total	33	100

Face a leitura do Quadro 5.4, concluímos que 9,1% dos professores inquiridos leccionam no Liceu Domingos Ramos, Escola Secundária do Palmarejo e Escola Técnica de Assomada; 3,0% na Escola Secundária de São Domingos, Escola Secundária Polivalente Cesaltina Ramos e escola Secundária de Calabaceira; 6,1% na Escola Secundária Amor de Deus, Escola Secundária Pedro Gomes, Escola Secundária Amílcar Cabral, Escola Secundária Constantino Semedo e escola Secundária do Tarrafal; 18,2% na Escola Secundária de Santa Cruz e 15,2% na Escola Secundária de São Miguel.

Quadro 5.5 – Tempo de serviço dos professores.

	Nº	%
0-4 Anos	17	51,5
4-8 Anos	6	18,2
8-12 Anos	2	6,1
12-16 Anos	4	12,1
16-20 Anos	1	3,0
20-24 Anos	3	9,1
Maior que 24 Anos	0	0
Total	33	100

Face à leitura do Quadro 5.5 concluímos que 51,5% dos professores de EF inquiridos têm de 0 a 4 anos de serviço, 18,2% de 4 a 8 anos, 6,1% têm de 8 a 12 anos, 12,1% têm de 12 a 16 anos, 3,0% têm de 16 a 20 anos e 9,1% têm de 20 a 24 anos.

Quadro 5.6 – Habilitações Literárias dos professores.

	Nº	%
Curso Médio	0	0
Bacharelato	17	51,5
Licenciatura	2	6,1
Mestrado	1	3,0
Outra	13	39,4
Total	33	100

Segundo o Quadro 5.6 concluímos que 51,5% dos professores de EF inquiridos têm Bacharéis, 6,1% são Licenciados, 3,0% têm Mestrado e 39,4% têm outros níveis de escolaridade.

Quadro 5.7 – Existência de alunos deficientes nas turmas.

	Nº	%
Sim	25	75,8
Não	8	24,2
Total	33	100

Pela leitura do Quadro 5.7 concluímos que 75,8% dos professores de EF inquiridos têm alunos deficientes nas suas turmas e 24,2% responderam que não.

Quadro 5.8 – Tipo de deficiência.

	Nº	%
Motora	16	64
Amputado	4	16
Sensitiva	5	20
Mental	0	0
Total	25	100

Observando o Quadro 5.8 verificamos que 64% dos professores de EF inquiridos têm nas suas turmas alunos portadores de deficiência Motora, 16% têm Amputados e 20% têm alunos com deficiência Sensitiva.

Quadro 5.9 – Forma como os alunos portadores de deficiência participam nas Aulas de Educação Física.

	Nº	%
Activamente junto com os outros	15	60
São dispensados da aula	4	16
Ficam sentados e observam as aulas	6	24
N/R	0	0
Total	25	100

De acordo com o Quadro 5.9 concluímos que 60% dos professores de EF inquiridos responderam que esses alunos, portadores de deficiências, participam activamente junto com os colegas, 16% disseram que são dispensados da aula e 24% disseram que ficam sentados e observam as aulas.

Quadro 5.10 – Preparação dos professores de EF para trabalhar com alunos portadores de deficiência.

	Nº	%
Sim	25	75,8
Não	7	21,2
N/R	1	3,0
Total	33	100

Observando o Quadro 5.10 verificamos que 75,8% dos professores de EF considera minimamente preparado para trabalhar com alunos portadores de deficiências, 21,2% responderam que não e 3,0% não sabe ou não responde a questão.

Quadro5. 11 – Justificação dos professores que responderam não.

	Nº	%
Nunca teve formação específica	6	85,7
N/R	1	14,3
Total	7	100

Face a leitura do Quadro 5.11 constatamos que 85,7% dos professores de EF inquiridos justificaram que nunca tiveram formação específica e 14,3% não respondeu.

Quadro 5.12 – Justificação dos professores que responderam sim.

	Nº	%
Teve formação	18	72
Longa experiência	3	12
N/R	4	16
Total	25	100

Pela leitura do quadro 5.12 constatamos que 72% dos professores de EF inquiridos justificaram que têm formação, 12% longa experiência e 16% não sabem ou não responderam a questão.

Quadro 5.13 – Dificuldade dos professores em trabalhar com alunos portadores de deficiências.

	Nº	%
Sim	8	24,2
Não	22	66,7
N/R	3	9,1
Total	33	100

Da leitura do Quadro 5.13 concluímos que 24,2% dos professores de EF inquiridos costuma sentir dificuldades em trabalhar com alunos deficientes, 66,7% disseram que não e 9,1% não sabem ou não responderam a questão.

Quadro 5.14 – Momentos em que os professores sentem dificuldade.

	Nº	%
No momento de realizar exercícios	3	37,5
Na transmissão de mensagens	1	12,5
Nas modalidades em que se usa as mãos	1	12,5
Cada um tem as suas especificações	1	12,5
No momento de adaptação para a aprendizagem	1	12,5
N/R	1	12,5
Total	8	100

De acordo com o Quadro 5.14 concluímos que 37,5% dos professores de EF inquiridos afirmaram sentir dificuldades no momento de realizar os exercícios, 12,5% na transmissão de mensagens, nas modalidades em que se usa as mãos, cada um tem as suas especificações e no momento de adaptação para aprendizagem e 12,5% não sabem ou não responderam a questão.

Quadro 5.15 – Recepção de formação específica para trabalhar com alunos portadores de deficiências.

	Nº	%
Sim	14	42,4
Não	18	54,5
N/R	1	3,0
Total	33	100

De acordo com o Quadro 5.15 concluímos que 42,4% dos professores de EF inquiridos receberam formação, 54,5% não receberam e 3,0% não sabem ou não responderam a questão.

Quadro 5.16 – Tipo de Formação que os professores receberam.

	Nº	%
Acção de formação	4	28,6
Curso de monitores Para portador de deficiência física	1	7,1
Bases de educação física especial (cadeira de curso de EF)	5	35,7
Especialidade no desporto para deficiente	3	21,4
Fisioterapia aplicada à deficiência motora	1	7,1
Total	14	100

Da leitura de Quadro 5.16 verificamos que dos professores de EF inquiridos e que receberam formação, 28,6% têm acção de formação específica; 7,1% têm curso de Monitores de E.F. para trabalhar com pessoas portadoras de deficiência física e Fisioterapia aplicada à deficiência física; 35,7%, receberam formação de bases de Educação Física Especial.

Quadro 5.17 – A percepção dos professores sobre a preocupação dos pais/encarregados de educação com o trabalho dos seus filhos na Educação Física.

	Nº	%
Sim	8	24,2
Não	20	60,6
N/R	5	15,2
Total	33	100

Observando o Quadro 5.17 verificamos que 24,2% dos professores de EF inquiridos disseram que os pais preocupam-se com os trabalhos (aulas) dos filhos na Educação Física, 60,6% disseram que não e 15,2% não sabem ou não responderam a questão.

Quadro 5.18 – Dificuldade dos alunos portadores de deficiência em estabelecer relações de amizade com os colegas.

	Nº	%
Sim	12	36,4
Não	18	54,5
N/R	3	9,1
Total	33	100

Observando o Quadro 5.18 constatamos que 36,4% dos professores de EF inquiridos acham que estes alunos (portadores de deficiências) sentem dificuldades em estabelecer relações de amizade com colegas, 54,5% acham que não e 9,1% não sabem ou não responderam a questão.

Quadro 5.19 – Circunstâncias em que os alunos portadores de deficiência sentem dificuldades em estabelecer relações de amizade com os colegas.

	Nº	%
Antes da adaptação	3	25
Em socializar-se	3	25
Medo de ser menosprezados	4	33,3
Quando não consegue realizar um gesto técnico	2	16,7
Total	12	100

De acordo com o Quadro 5.19 verificamos que 25% dos professores de EF inquiridos responderam que o aluno sente dificuldade em estabelecer relações de amizade com os colegas antes da adaptação e em socializar-se; 33,3% por medo de serem menosprezados e 16,7% quando não conseguem realizar um gesto técnico.

5.5.2 Alunos Portadores de Deficiência

Quadro 5.20 – Faixa Etária dos alunos portadores de deficiência.

	Nº	%
11-14 Anos	3	10,3
15-18 Anos	19	65,5
19-22 Anos	7	24,1
Maior que 22 anos	0	0,0
Total	29	100

Verificamos no quadro 5.20 que 10,3% dos alunos inquiridos têm idade compreendida entre os 11 e 14 anos; 65,5% entre os 15 e 18 anos; 24,1% entre os 19 e 22 anos e nenhum aluno tem idade superior a 22anos.

Quadro 5.21 – Sexo dos alunos portadores de deficiência.

	Nº	%
Masculino	17	58,6
Feminino	12	41,4
Total	29	100

Face a leitura do quadro 5.21, concluímos que 58,6% dos alunos inquiridos são do género masculino e 41,4% são do género feminino.

Quadro 5.22 – Concelho onde reside os alunos portadores de deficiência.

	Nº	%
Praia	11	37,9
São Domingos	1	3,4
Tarrafal	3	10,3
Santa Catarina	8	27,6
Santa Cruz	3	10,3
São Miguel	3	10,3
Total	29	100

Ao lermos o quadro 5.22, constatamos que 37,9% dos alunos inquiridos são do concelho da Praia, 3,4% do conselho de São Domingos, 10,3% do concelho do Tarrafal, 27,6% do concelho de Santa Catarina e 10,3% do concelho de Santa Cruz e do concelho de São Miguel.

Quadro 5.23 – Estabelecimento de Ensino onde estudam os alunos portadores de deficiência.

	Nº	%
Liceu Domingos Ramos	2	6,9
Escola Secundária de São Domingos	1	3,4
Escola Secundária Amor de Deus	2	6,9
Escola Secundária Cesaltina Ramos	1	3,4
Escola Secundária Pedro Gomes	2	6,9
Escola Secundária Amílcar Cabral	5	17,2
Escola Secundária de Santa Cruz	3	10,3
Escola Secundária de São Miguel	3	10,3
Escola Secundária do Palmarejo	2	6,9
Escola Secundária Constantino Semedo	2	6,9
Escola Secundária do Tarrafal	3	10,3
Escola Secundária Manuel Lopes		0,0
Escola Técnica de Assomada	3	10,3
Total	29	100

Face a leitura do quadro 5.23, concluímos que 6,9% dos alunos inquiridos estudam no Liceu Domingos Ramos, Escola Secundária Amor de Deus, Escola Secundária Pedro Gomes, Escola Secundária do Palmarejo e Escola Secundária Constantino Semedo; 3,4% estudam na Escola Secundária de São Domingos e na Escola Secundária Polivalente Cesaltina Ramos; 17,2% na Escola Secundária Amílcar Cabral; 10,3% na Escola Secundária de Santa Cruz, Escola Secundária de São Miguel, Escola Secundária do Tarrafal e Escola Técnica de Assomada.

Quadro 5.24 – Ano de Escolaridade dos alunos portadores de deficiência.

	Nº	%
7ºAno	7	24,1
8ºAno	4	13,8
9ºAno	8	27,6
10ºAno	5	17,2
11ºAno	2	6,9
12ºAno	3	10,3
Total	29	100

Ao lermos o quadro 5.24, verificamos que 24,1% dos alunos inqueridos estudam 7º Ano; 13,8% estudam 8º Ano; 27,6% estudam 9º Ano; 17,2% estudam 10º Ano; 6,9% estudam 11º Ano e 10,3% estudam 12º Ano.

Quadro 5.25 – Tipo de Deficiência.

	Nº	%
Motora	21	72,4
Amputado	2	6,9
Visual	3	10,3
Auditiva	3	10,3
Total	29	100

Analisando o quadro 5.25, concluímos que 72,4% dos alunos inqueridos são portadores de deficiência motora; 6,9% são amputado, 10,3% deficiência visual e auditiva.

Quadro 5.26 – Como alunos portadores de deficiência se sentem na escola.

	Nº	%
Integrado	19	65,5
Rejeitado	8	27,6
Discriminado	2	6,9
Total	29	100

Face a leitura do quadro 5.26, concluímos que 65,5% dos alunos inqueridos dizem sentir-se integrado na referida escola; 27,6 rejeitado e 6,9% discriminado.

Quadro 5.27 – Participação dos alunos portadores de deficiência nas aulas de Educação Física.

	Nº	%
Sim	19	65,5
Não	10	34,5
Total	29	100

Ao observamos o quadro 5.27 concluímos que 65,5% dos alunos inqueridos participam nas aulas de educação física e 34,5% não participam.

Quadro 5.28 – Formas de Participação dos alunos portadores de deficiência nas aulas de Educação Física.

	Nº	%
Activamente junto com os colegas	15	78,9
Como árbitro	1	5,3
Ajuda na arrumação dos materiais	3	15,8
Como agente de ensino	0	0,0
Total	19	100

Ao lermos o quadro 5.28 concluímos que dos alunos portadores de deficiências que participam nas aulas de Educação Física, 78,9% participam activamente junto com os colegas; 5,3% como árbitro e 15,8% ajuda na arrumação dos materiais.

Quadro 5.29 – Gosto na Educação Física.

	Nº	%
Dos colegas	6	21,4
Do professor	5	17,9
Dos jogos	14	50,0
De alguns colegas	2	7,1
De tudo	2	7,1
Total	29	100

Observando o quadro 5.29 verificamos que 21,4% dos alunos inquiridos dizem gostar mais dos colegas; 17,9% do professor; 50% dos jogos; 7,1% de alguns colegas e 7,1% dizem gostar de tudo.

Quadro 5.30 – Condições que a escola possui para acolher alunos portadores de deficiências especificamente para a prática de Educação Física.

	Nº	%
Sim	14	48,3
Não	15	51,7
Total	29	100

Observando o Quadro 5.30 verificamos que 48,3% dos alunos inquiridos acham que na referida escola há condições para acolher alunos portadores de deficiências especificamente para a prática de educação física e 51,7% acham que não.

Quadro 5.31 – Sentimento de bem-estar dos alunos portadores de deficiência nas aulas de Educação Física.

	Nº	%
Sim	8	27,6
Não	21	72,4
Total	29	100

Pela leitura do Quadro 5.31 concluímos que 27,6% dos alunos inquiridos dizem sentir-se discriminado nas aulas de Educação Física por serem deficientes e 72,4% responderam que não.

Quadro 5.32 – Relação dos alunos portadores de deficiência com o professor/a de Educação Física.

	Nº	%
Ótimo	9	31,0
Bom	11	37,9
Razoável	8	27,6
Péssimo		0,0
NS/NR	1	3,4
Total	29	100

Observando o quadro 5.32 verificamos que 31% dos alunos inquiridos dizem ter ótima relação com o professor/a de educação física; 37,9% dizem ter boa relação; 27,6% razoável e 3,4 não sabem ou não responderam a questão.

Quadro 5.33 – Relação dos alunos portadores de deficiência com os colegas.

	Nº	%
Ótimo	5	17,2
Bom	13	44,8
Razoável	9	31,0
Péssimo	1	3,4
NS/NR	1	3,4
Total	29	100

Observando o quadro 5.33 verificamos que 17,2% dos alunos inquiridos dizem ter ótima relação com os colegas; 44,8% dizem ter boa relação; 31% razoável; 3,4% péssimo e 3,4% não sabem ou não responderam a questão.

Quadro 5.34 – Atenção que um aluno portador de deficiência deve ter por parte do Professor.

	Nº	%
Sim	24	82,8
Não	4	13,8
NS/NR	1	3,4
Total	29	100

Segundo o Quadro 5.34 concluímos que 82,8% dos alunos inquiridos acham que um aluno deve ter uma atenção especial por parte do professor; 13,8% acham que não e 3,4% não sabem ou não responderam a questão.

Quadro 5.35 – Sentimento de bem-estar dos alunos portadores de deficiência no meio dos colegas.

	Nº	%
Sim	25	86,2
Não	3	10,3
NS/NR	1	3,4
Total	29	100

Pela leitura do quadro 5.35 concluímos que 86,2% dos alunos inquiridos sentem bem no meio dos seus colegas; 10,3% responderam que não e 3,4% não sabem ou não responderam a questão.

Quadro 5.36 – Gosto dos alunos portadores de deficiência pela Prática de Modalidades Desportivas.

	Nº	%
Sim	28	96,6
Não	1	3,4
Total	29	100

Ao lermos o Quadro 5.36 verificamos que 96,6% dos alunos inquiridos gostam de praticar modalidades desportivas e 3,4% responderam que não.

Quadro 5.37 – Qual a Modalidade que os alunos portadores de deficiência mais gostam.

	Nº	%
Andebol	5	17,9
Voleibol	1	3,6
Futebol	14	50,0
Basquetebol	5	17,9
Outros	3	10,7
Total	28	100

Observando o Quadro 5.37 verificamos que 17,9% gostam mais da modalidade de Andebol; 3,6% de Voleibol; 50% de Futebol; 17,9% de Basquetebol e 10,7% de outros.

5.5.3 Alunos ditos “Normais”

Quadro 5.38 – Faixa Etária dos alunos ditos normais.

	Nº	%
11-14 Anos	8	16
15-18 Anos	30	60
19-22 Anos	12	24
Maior que 22 anos		0
Total	50	100

Ao lermos o quadro 5.38 verificamos que 16% dos alunos inquiridos têm idade compreendida entre os 11 e os 14 anos; 60% entre os 15 e os 18 anos e 24% entre os 19 e os 22 anos.

Quadro 5.39 – Sexo dos alunos ditos normais.

	Nº	%
Masculino	27	54
Feminino	23	46
Total	50	100

Analisando o quadro 5.39 verificamos que 54% dos alunos inqueridos são do género masculino e 46% são do género feminino.

Quadro 5.40 – Concelho onde reside os alunos ditos normais.

	Nº	%
Praia	23	46
São Domingos	6	12
Tarrafal	3	6
Santa Catarina	11	22
Santa Cruz	3	6
São Miguel	4	8
Total	50	100

Ao lermos o quadro 5.40, constatamos que 46% dos alunos inquiridos são do concelho da Praia; 12% do concelho de São Domingos; 6% do concelho de Tarrafal; 22% do concelho de Santa Catarina; 6% do concelho de Santa Cruz e 8% do concelho de São Miguel.

Quadro 5.41 – Nome de Estabelecimento de Ensino onde estuda os alunos ditos normais.

	Nº	%
Liceu Domingos Ramos	4	8
E.S. de São Domingos	5	10
E.S. Amor de Deus	6	12
E.S. Cesaltina Ramos	5	10
E.S. Pedro Gomes	2	4
E.S. Amílcar Cabral	6	12
E.S. Santa Cruz	5	10
E.S. São Miguel	4	8
E.S. do Palmarejo	1	2
E.S. Constantino Semedo	5	10
E.S. do Tarrafal	3	6
E.S. Calabaceira	1	2
E. Técnica de Assomada	3	6
Total	50	100

Face a leitura do quadro 5.41, concluímos que 8% dos alunos inquiridos estudam no Liceu Domingos Ramos; 10% estudam na Escola Secundária de São Domingos; 12% estudam na Escola Secundária Amor de Deus; 10% na Escola Secundária Polivalente Cesaltina Ramos; 4% na Escola Secundária Pedro Gomes; 12% na Escola Secundária Amílcar Cabral; 10% na Escola Secundária de Santa Cruz; 8% na Escola Secundária de São Miguel; 2% na Escola Secundária do Palmarejo; 10% na Escola Secundária Constantino Semedo; 6% na Escola Secundária do Tarrafal; 2% na Escola Secundária de Calabaceira e 6% na Escola Técnica de Assomada.

Quadro 5.42 – Ano de Escolaridade dos alunos ditos normais.

	Nº	%
7ºAno	10	20
8ºAno	7	14
9ºAno	11	22
10ºAno	9	18
11ºAno	8	16
12ºAno	5	10
Total	50	100

Ao lermos o quadro 5.42, verificamos que 20% dos alunos inqueridos estudam 7º Ano; 14% 8º Ano; 22% 9º Ano; 18% 10º Ano; 16% 11º Ano e 10% 12º Ano.

Quadro 5.43 – Opinião de um aluno dito normal sobre a participação de um aluno com Deficiência aula de Educação Física.

	Nº	%
Sim	28	56
Não	21	42
N/R	1	2
Total	50	100

Analisando o quadro 5.43, verificamos que 56% dos alunos inquiridos acham que um aluno com deficiência pode participar na aula de Educação Física; 42% acham que não e 2% não sabem ou não responderam a questão.

Quadro 5.44 – Aceitação de um aluno deficiente na Aula de Educação Física por parte dos alunos normais.

	Nº	%
Sim	30	60
Não	20	40
Total	50	100

Analisando o Quadro 5.44, concluímos que 60% dos alunos inquiridos aceitariam que um aluno deficiente fizesse aula de educação física juntamente com eles e 40% disseram que não.

Quadro 5.45 – Inclusão de um Aluno Deficiente na Equipa durante a aula de Educação Física

	Nº	%
Sim	32	64
Não	18	36
Total	50	100

Face a leitura do Quadro 5.45, concluímos que 64% dos alunos inquiridos incluíam um aluno deficiente nas suas equipas e 36% responderam que não.

Quadro 5.46 – Justificação dos alunos ditos normais que responderam não referente ao quadro acima.

	Nº	%
Só atrapalha	8	44,4
Porque é portador de deficiência	2	11,1
Sente perturbado	1	5,6
Acha que pode machucar	5	27,8
N/R	2	11,1
Total	18	100

Pela leitura do quadro 5.46, verificamos que 44,4% dos alunos que responderam não (ver quadro 5.45) justificam que só atrapalha; 11,1% porque é deficiente; 5,6% sente perturbado; 27,8% acham que pode machucar e 11,1% não sabem ou não responderam a questão.

5.5.4 Análises e discussões do Resultado

5.5.4.1 Professores

Após o tratamento dos dados do inquérito aplicado aos professores de EF das Escolas Secundárias da Ilha de Santiago, observamos que a maioria dos inquiridos é do sexo masculino e reside no concelho da Praia.

Ainda, de acordo com os dados obtidos podemos observar que os professores inquiridos são bastante jovens, e que as entidades responsáveis pela educação podiam aproveitar essa fase para reforçar as suas habilitações através de formação em desporto adaptado facilitando assim a integração dos alunos portadores de deficiência na escola e principalmente na disciplina de EF.

A maioria dos professores inquiridos não recebeu formação específica para trabalhar com alunos portadores de deficiência. Ainda, dos que receberam formação, mais de um terço tiveram Bases de Educação Física Especial que é uma cadeira ministrada no curso de Educação Física no ISE na cidade da Praia. Com isso, achamos que esta pode ser reforçada com uma formação na área do desporto adaptado às pessoas portadoras de deficiência, com a duração mais longa.

De acordo com os dados fornecidos pelos professores podemos ver que há uma tendência para a inclusão dos alunos portadores de deficiência na disciplina de EF, uma vez que a maioria está a participar de uma forma activa na mesma, mesmo não havendo condições suficientes para tal.

Apesar de a maioria dos professores inquiridos não recebeu formação, cerca de $\frac{3}{4}$ dos professores consideram preparado para trabalhar com alunos portadores de deficiência, alegando ao facto de ter longa experiência de trabalho na área de EF.

5.5.6 Alunos Portadores de deficiências

Após o tratamento dos dados do inquérito aplicado aos alunos portadores de deficiência das Escolas Secundárias da ilha de Santiago, observamos que a maioria dos alunos inquiridos são do sexo masculino, com a idade compreendida entre os 15 e 18 anos e a estudar

9ºano de escolaridade. São bastante novos e entendemos que agora mais do que nunca precisam sentir-se integrados no seio escolar, o que lhes faz sentir valorizados e seguros de si próprio.

Dos alunos portadores de deficiência inquiridos, a maioria é portador de deficiência motora. Com esses dados, podemos concluir que os alunos portadores dessa deficiência tem mais possibilidade de participar numa escola regular porque pensamos que na maioria das vezes não apresentam problemas cognitivos em relação a outros tipos de deficiências.

Relativamente à participação dos alunos portadores de deficiência nas aulas de EF, podemos verificar que a maioria está a participar de uma forma activa junto com os colegas ditos normais tal como a prática educativa inclusiva defende que todos os alunos devem aprender juntos independentemente das suas diferenças, o que nos faz pensar numa forma optimista sobre a possibilidade de integração total dos alunos portadores de deficiência nas aulas de EF, apesar de as escolas não terem condições suficientes para acolher alunos portadores de deficiência na disciplina de Educação Física.

Ainda, podemos constatar que estes alunos têm melhores relações com os professores de que os alunos ditos normais. Achamos que esta supremacia dos professores, está a par da convivência dos alunos ditos normais com estes porque a maioria dos alunos ditos normais afirma que não aceitariam os alunos portadores de deficiência nas suas equipas durante a aula de EF.

A maioria desses alunos diz ter gosto pela prática de modalidade desportiva, preferindo o futebol e ter o gosto mais pelos jogos durante a aula de Educação Física. É bastante bom que nós como professores, prestamos atenção nesse ponto evitando a exclusão por parte dos alunos ditos normais, pois, as suas participações em competições internacionais é a prova que os portadores de deficiência têm grandes potencialidades.

5.5.7 Alunos Ditos Normais

Após analisar os dados do inquérito aplicado aos alunos ditos normais, observamos que a maioria é do sexo masculino, com a idade também compreendida entre os 15 e 18 anos, residentes no concelho da Praia a estudar o 9º Ano de escolaridade.

Concluimos que a maioria dos alunos inqueridos acha que os alunos portadores de deficiência podem participar na aula de EF, mas, mesmo assim o número dos que responderam não, é elevado. Com isso supomos que estes pensam que a deficiência é sinónimo de estorvo ou de impedimento.

Ainda sobre a questão se os alunos ditos normais aceitariam participar na aula de Educação Física juntamente com os alunos portadores de deficiência, a grande parte respondeu positivamente, mesmo assim o resultado é muito relevante porque a percentagem dos que responderam negativamente é elevado, isto, dá-nos uma impressão que há uma tendência para a exclusão. Como professores educadores devemos prestar atenção neste aspecto para que cedo possamos sensibilizar esses alunos, porque nem todos os alunos têm a mesma condição física, mas todos têm o direito à uma boa educação, participação e crescimento pessoal.

Relativamente à questão sobre a inclusão dos alunos portadores de deficiência na equipa durante uma aula de EF, a grande parte respondeu que aceitaria, mas ainda deixam margem para a exclusão. Com isso, supomos que possivelmente estes alunos nunca tiveram antes a experiência de conviver com colegas portadores de deficiência e poder assim reconhecer as suas habilidades.

Parte IV – Considerações gerais

Capítulo VI – Conclusões Finais

6.1 Conclusões Finais

Relativamente ao primeiro objectivo sobre o grau de integração dos alunos com NEE nas aulas de Educação Física, chegamos à conclusão que existe uma integração, que denominamos parcial, já que ainda nem todos os alunos portadores de deficiências inquiridos participam nas aulas de EF, isto tendo em conta o défice de recursos humanos habilitados nas Escolas Secundárias de Santiago (Professores com formação específica), para trabalhar com alunos portadores de deficiências.

Apesar de a maioria dos professores inquiridos afirma que não recebeu formação específica para trabalhar com alunos portadores de deficiências, seus alunos participam nas aulas de E.F. activamente junto com os alunos ditos normais, pelo facto de os professores terem participado em algumas acções de formação de curta duração em desporto adaptado, e reforçada com a sua vasta e longa experiência de trabalho nesta área.

Ainda podemos afirmar que nas escolas desta amostra não existem as suficientes infra-estruturas adequadas para que os alunos com NEE, possam acompanhar adequadamente os conteúdos de Educação Física ministrados pelo professor.

No que diz respeito à forma como os alunos portadores de deficiências assistem as aulas de Educação Física, a maioria afirma participar activamente junto com os colegas. Esta realidade vai de acordo com as posições defendidas por Martin Soder, que diz que “...a redução da distância social existente entre os alunos da Educação Especial e os alunos da

Educação Geral é directamente proporcional à aproximação geográfica dos espaços escolares destinados aos dois grupos”.

Apesar desta constatação, ainda há alunos portadores de deficiências que assistem as aulas (aulas práticas de EF) de forma inactiva, isto, devido muitas vezes à sua limitação física e também supostamente porque o professor não consegue inseri-los dentro das actividades normais da aula.

De acordo com as percepções dos professores, concluímos que os pais/encarregados de educação dos alunos portadores de deficiência nestas escolas não se preocupam o suficiente com os trabalhos destes nas aulas de Educação Física, uma vez que não estão conscientes da importância desta assinatura na educação e integração dos seus educandos. Essa conclusão é tirada aquando da pergunta se os pais/encarregados de educação preocupam-se com os trabalhos dos seus filhos (portadores de deficiência) nas aulas de EF. A maioria dos professores respondeu que estes não se preocupam com os trabalhos dos seus educandos na disciplina de Educação Física.

Ainda podemos sublinhar que a inclusão dos alunos portadores de necessidades educativas especiais na escola e consequentemente na aula de Educação Física é benéfica, tanto para o portador de deficiência, que tem, nesta, uma grande oportunidade de convívio e crescimento pessoal, como para o aluno normal, pois, elas vão desde cedo aprendendo que nem todo o mundo é igual e que tais alunos, mesmo diferentes, merecem respeito, carinho e amizade. Crescem, com uma visão menos preconceituosa em relação aos indivíduos portadores de deficiência, pois para eles já é algo comum.

No entanto, de acordo com os resultados verificamos que a inclusão do aluno portador de deficiência na escola, em EF não é um processo rápido nem automático, é uma luta que temos de enfrentar devido a vários motivos, principalmente, a falta de professores preparados e de estruturas físicas ajustadas aos alunos portadores de deficiências.

Em relação às sugestões ou recomendações que contribuem para a integração dos alunos com NEE nas aulas de Educação Física (EF), achamos que o Ministério de Educação deveria contribuir de uma forma mais eficiente e eficaz para a minimização deste problema, nos campos da formação de professores e aquisição de materiais adequados, também deveria incluir no currículo escolar, módulos ou disciplinas relacionadas com a Educação Especial, e

o desporto adaptado, como forma de dar a esses professores noções básicas de como trabalhar com alunos com NEE nas aulas de Educação Física (EF).

A formação e qualificação de professores, especificamente para trabalhar com alunos portadores de deficiências vai fazer com que estes tenham maior conhecimento da matéria e cedo vai poder contribuir da melhor forma possível para a integração dos alunos com NEE nas aulas de Educação Física (EF).

Também achamos que os edifícios escolares deveriam ser concebidos e construídos de forma adequada, e que os já existentes deveriam ser adaptados nas suas estruturas, de forma que permita e facilite a integração física e psicológica destes alunos.

Entendemos que os pais/encarregados de educação deveriam ser sensibilizados sobre esta problemática, para que juntamente com os professores possam contribuir para a educação e integração escolar dos seus educandos com NEE principalmente na disciplina de Educação Física.

6.2 Limitações

Para a elaboração deste trabalho deparamos com as seguintes limitações:

- A não aplicação do inquérito a todos os professores da ilha de Santiago para poder aprofundar mais o nosso estudo ao nível regional;
- A pouca colaboração de alguns professores na recepção e preenchimento dos Inquéritos;
- A Falta de dados estatísticos sobre alunos com NEE, nas escolas regular da ilha em estudo e a pouca ou limitada literatura ou trabalhos específicos nesta área no nosso país.

6.3 Recomendações

Se por ventura alguma pessoa pensar em fazer um trabalho desta natureza e com o mesmo tema deixamos as seguintes recomendações:

Aplicar o inquérito a todos os professores de Educação Física da ilha em estudo;

Aplicar o inquérito pessoalmente e pedir a devolução na hora para evitar alguns erros em responder as perguntas;

Reformular as seguintes questões:

Professor

11 - Recebeu alguma formação para trabalhar com alunos portadores de deficiência?

A – Sim ☐ B – Não ☐

11.1 Se sim, que tipo de formação?

A – Acção de formação ☐

B – Bases de Educação Física Especial ☐

C – Especialidade em Desporto para Portadores de Deficiências ☐

D – Fisioterapia Aplicada à Deficiência Física ☐

Alunos Portadores de Deficiências

7- Tens alguma deficiência? (se és responde até 18, se não és responde a partir de 19)

A-Sim ☐ B – Não ☐

7.1. Se sim, especifique que tipo:

A – Motora ☐

B – Auditiva ☐

C – Visual ☐

D – Amputado ☐

E – Outra

Referências Bibliográficas

Aguiar, Maria Alice P.F. *Uma abordagem para a implementação do Ensino Especial Integrado em Cabo Verde*. Boletim Informativo do Ministério da Educação e do Desporto.

Aviz, C.C. (1998). *A criança portadora de necessidades educativas especiais e sua inclusão no ensino regular nas aulas de Educação Física*. Monografia de Especialização. Brasília: Faculdade de Educação Física / Universidade de Brasília. Acedido aos 14 de Abril de 2006, em <http://www.efdeportes.com/>.

Cabo Verde, Constituição da República, 1.^a revisão ordinária / 1999. Praia, Assembleia Nacional, Edição 2000.

Cabo Verde, Lei de Bases do Sistema Educativa, 1997 – Lei Orgânica do Ministério da Educação. Boletim Oficial da República de Cabo Verde 24 de Março de 1997, n.º 11.

Cabo Verde, Lei de Bases do Sistema Educativa. Lei n.º 103/III/90. Suplemento do “Boletim Oficial da República de Cabo Verde” n.º 52, 29 de Dez. de 1990.

Cabo Verde, Lei de Bases do Sistema Educativo, lei n.º 113/V/99. In: Boletim Oficial n.º 38, Série I, 16 de Outubro de 1999.

Cuberos, M. et all. (1997). *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa. Dinalivro Editora.

Jimenez, R. coord. (1997). *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa. Dinalivro Editora.

Martin, M. & Bueno, S. (1997). *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa. Dinalivro Editora.

Moreira, M. (2005). *Política da Educação Inclusiva em Cabo Verde*. Monografia. Não Publicado. Cabo Verde: Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

Niza, S. (1996). *Necessidades Especiais de Educação: da Exclusão à Inclusão*. Revista *Inovação*, volume XIV, pp. 119-149.

Nogueira, R.H.U. (2000). *Educação Física: um espaço facilitador na integração do aluno portador de deficiência em classes comuns*. Monografia de Especialização. Santa Maria: Centro de Educação / Universidade Federal de Santa Maria. Acedido aos 14 de Abril de 2006 em <http://www.efdeportes.com/>.

Pacheco, C. & Valência, L. (1997). *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa. Dinalivro Editora.

Pereira, L. & Simoes, C. (2000). *Análise do Sistema de Reabilitação – Estudos Teóricos e Práticos*. Lisboa. FMH Edições.

Piletti, N. (1999). *Sociologia da Educação*. São Paulo. Editora Ática.

Piletti, N. (2000). *Psicologia da Educação*. São Paulo. Editora Ática.

Prado, F. et al (1997). *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa. Dinalivro Editora.

Sousa, L. (1997). *Princípios para o Atendimento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais – Integração/Inclusão*. *Revista Inovação*, volume XIV, pp. 34 – 38.

Silva, L. (2004). *A Integração do Aluno Cego e de Baixa Visão na Disciplina de Educação Física e Desporto Escolar*. Acedido aos 12/04/06, em <http://www.lerparaver.com/amigos/Leonardo/htm>.

Sousa, L. (1998). *Crianças (Con) Fundidas Entre a Escola e a Família – Uma Perspectiva Sistémica Para Alunos com Necessidades Educativas Especiais*. Porto. Porto Editora.

Silva, A & Neves, R. (2002). *A Integração de Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Aulas de Educação Física*. Um Estudo de Caso. Acedido aos 12/04/06, em <http://www.efdeportes.com/>.

Vayer, p. & Roncin, C. *A Integração da Criança Deficiente na Escola*. Lisboa. Manole Editora.

Anexos

Questionário aplicado aos Professores

Instituto Superior de Educação
Curso Bacharelato em Educação Física
Trabalho de Fim de Curso

O presente questionário destina-se aos professores de Educação Física das Escolas Secundárias da ilha de Santiago. O objectivo é recolher informações para o trabalho de fim de curso.

Espero a vossa colaboração no preenchimento deste inquérito pelo que agradeço antecipadamente.

O Estudante
Isaías Moniz de Brito

Os dados deste questionário são confidenciais e servem exclusivamente para efeito de elaboração do trabalho de fim de curso.

Por favor responda a todas as questões do inquérito e não escreva o seu nome.

1 - Sexo: Masculino Feminino

2- Idade ____ anos (escreva a sua idade)

3. Ilha de Santiago. Concelho _____ (escreva o nome do seu concelho)

4- Nome do estabelecimento de ensino onde lecciona no presente ano lectivo

_____ (se lecciona em mais de que um estabelecimento indique)

5 – Tempo de serviço ____ anos (deve considerar o tempo como professor de E. Física)

6– Habilitação literária (assinale com uma cruz)

A – Curso Médio E – Licenciatura ☐

B – Bacharelato

C – Mestrado ☐

D – Outra ☐

Indique qual? _____

7 - A pessoa portadora de deficiência é:

Uma pessoa que apresenta perda ou anomalia da estrutura ou função psicológica, anatômica, ou fisiológica podendo fazer actividades físicas.

Uma pessoa que não pode fazer actividades físicas desportivas devido as limitações fisiológicas psicológicas e anatômicas.

Uma pessoa que pode fazer actividade física adaptada à sua deficiência.

7.1 - Tem alunos portadores de deficiência nas suas turmas? (assinale com uma cruz)

A – Sim ☐ B – Não ☐

7.2 Se sim que tipo de deficiência? (assinale com uma cruz)

A – Motora ☐ C – Sensitiva ☐

B – Mental ☐ D – Amputado ☐

8- De que forma estes alunos participam nas aulas de educação física? (assinale apenas numa opção)

A – Assistem as aulas normalmente juntamente com os outros ☐

B – São dispensados das aulas de educação física ☐

C – Ficam sentadas e observam as aulas ☐

D – Participam apenas como árbitro nos jogos ☐

E – Outra ☐ Indique qual? _____

9- Considera-se minimamente preparado para trabalhar com alunos portadores de deficiências? (assinale com uma cruz) A – Sim ☐ B – Não ☐

9.1 Porquê _____

Costuma sentir alguma dificuldade neste trabalho e com este tipo de alunos? (assinale com uma cruz) A – Sim ☐ B – Não ☐

10.1 Se sim, em que momento?

Recebeu alguma formação para trabalhar com alunos portadores de deficiências? (assinale com uma cruz)

A – Sim ☐ B – Não ☐

11.1 Se sim, que tipo de formação?

12 - Os pais/encarregados de educação destes alunos com deficiências preocupam-se com os trabalhos (aulas) dos seus filhos na aula de educação física? (assinale com uma cruz) A – Sim ☐

B – Não ☐

13 - Acha que estes alunos sentem dificuldade em estabelecer relações de amizade com os colegas? A – Sim ☐ B – Não ☐ (assinale com uma cruz).

13.1 Se sim em que circunstâncias?

Por favor não assine o seu nome!

Obrigado!

Anexo II – Questionário aplicado aos Alunos

Instituto Superior de Educação
Curso Bacharelato em Educação Física
Trabalho de Fim de Curso

O presente questionário destina-se aos alunos do 1º, 2º e 3º ciclos das Escolas Secundárias da ilha de Santiago. O objectivo é recolher informações para o trabalho de fim de curso.

Espero a vossa colaboração no preenchimento deste inquérito pelo que agradeço antecipadamente.

O Estudante
Isaías Moniz de Brito

Os dados deste questionário são confidenciais e servem exclusivamente para efeito de elaboração do trabalho de fim de curso.

Por favor responde a todas as questões do inquérito e não escreva o teu nome.

1. Idade ____ anos (escreva a sua idade)

2. Sexo:

Masculino ☐ Feminino ☐

3. Ilha de Santiago, Concelho: _____

5- Nome do estabelecimento onde estudas no presente ano lectivo (escreve o nome da escola onde estudas) _____

6 – Ano de escolaridade (assinala com uma cruz)

A – 7ºano ☐

D – 10ºano ☐

B – 8ºano ☐

E - 11ºano ☐

C – 9ºano ☐

F -12ºano ☐

7- Tens alguma deficiência? (se és responde até 18, se não és responde a partir de 19)

A-Sim ☐

B – Não ☐

7.1 Se sim especifique que tipo _____

8- Como é que te sentes nesta escola? (escolhe apenas uma)

A-Integrado ☐ B – rejeitado ☐ C – discriminado ☐

9 - Participas nas aulas de educação física? (assinala com uma cruz)

A – Sim ☐ B – Não ☐

8.1 Se sim, como: (escolhe apenas uma)

A – Activamente junto com os colegas ☐ B – Como árbitro ☐

C – Ajudas na arrumação dos materiais ☐ D – Como agente de ensino ☐

10 - O que é que mais gostas nas aulas de educação física? (escolhe apenas uma)

A – Dos teus colegas ☐ B – do professor ☐ C-dos jogos ☐

D-De alguns colegas ☐ E-Outra ☐

Qual? _____

11- Achas que nessa escola há condições para acolher alunos portadores de deficiências e especificamente para a prática da Ed. Física? (assinala com uma cruz)

A – Sim ☐ B – Não ☐ .

12 – Sentes-te discriminado nas aulas de educação física por seres portador de deficiência? (assinala com uma cruz)

A-Sim ☐ B – Não ☐

13- Como é que consideras a tua relação com o professor/a de Ed. Física (assinala com uma cruz)

A – Óptimo B – bom C – razoável D – péssimo ☐

14- Como é que consideras a tua relação com os teus colegas? (assinala com uma cruz)

A – Óptimo B – bom C – razoável D – péssimo ☐

15– Para ti um aluno portador de deficiência deve ter uma atenção especial por parte do professor? (assinala com uma cruz). A-Sim ☐ B – Não ☐

16– Sentes bem no meio dos teus colegas nas aulas de Educação Física? (assinala com uma cruz)

A-Sim ☐ B – Não ☐

15.1 Se não, porquê?

17 – Gostas de praticar modalidades desportivas? A – Sim ☐ B – Não ☐

18 – Qual a modalidade que mais gostas de praticar? (assinala com uma cruz a que mais gostas)

A – Andebol B – Futebol ☐

C – Voleibol D – Basquetebol E – outros ☐

19 – Achas que um aluno com deficiência pode participar na aula de Educação Física? (assinala com uma cruz)

A-Sim ☐ B – Não ☐

20 – Aceitarias que um aluno deficiente fizesse aula de educação física juntamente contigo? (assinala com uma cruz). A-Sim ☐ B – Não ☐

21 – Se o professor mandar fazer uma equipa, incluías um aluno deficiente na tua equipa? (assinala com uma cruz). A – Sim ☐ B – Não ☐

Se não, porquê?

Por favor não assine o seu nome!

Obrigado

Anexo III – Requerimento para as Escolas

Exmo. Sr. ou Sr.^a:
Director(a) da Escola Secundária

Isaías Brito, aluno do 3º ano do curso Bacharelato em Educação Física no Instituto Superior de Educação, querendo realizar um inquérito para Trabalho de Fim do Curso sobre o tema Necessidades Educativas Especiais nas aulas de Educação Física – Estudo Sobre a Integração dos Alunos Com Necessidades Educativas Especiais nas Aulas de Educação Física nas Escolas Secundárias da Ilha de Santiago, vem mui respeitosamente solicitar a V. EX. a autorização para que o referido seja aplicado nas turmas de Educação Física pelos professores da disciplina.

Cordiais Saudações

Praia, 04 de Maio de 2006

/ Isaías Brito /